

O PAPEL DA EDUCAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO PARA O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO BRASILEIRO

Geraldo Magela Costa

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
gemcosta1@gmail.com

Paloma Rezende Néder

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
prender@gmail.com

Em início dos anos 1970, Henri Lefebvre já identificava um processo de mudanças sociais por meio do que ele denominou a revolução urbana. Em suas palavras:

(...) utilizando-se as palavras “revolução urbana”, designaremos o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à *sociedade urbana* passará ao primeiro plano.¹

Desde então, ou mesmo antes daquela data², as contribuições deste autor têm orientado cursos, pesquisas e práticas na Universidade, voltadas para a busca de alternativas de mudanças, diante de uma realidade de exclusão e de despossessão³, observada nos países do capitalismo periférico. O conceito de sociedade urbana – “define-se (...) não como uma realidade acabada (...) mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora”⁴ – foi e é uma inspiração valiosa para iluminar e orientar alternativas de mudança social, não por meio de uma ruptura revolucionária brusca, mas especialmente através da prática que, segundo o autor, já se encontra em marcha por meio da práxis emanada da vida cotidiana.

Trata-se enfim de uma chamada às práticas como ações contínuas, essenciais, para além da teoria, à realização da sociedade urbana, como um processo revolucionário sem ruptura brusca. Vale também registrar que Lefebvre está nos dizendo que é necessário ir além, transcender, tanto em termos teóricos quanto de possíveis práticas. A riqueza da sua contribuição em *A revolução urbana* está essencialmente nesta capacidade de tentar nos fazer avançar em teoria e prática, mirando sempre na busca de realização da sociedade urbana, por meio de ações

¹ Lefebvre, 1999, p. 19, destaque do autor.

² Lefebvre, 2016, 2008, 1999, 1993.

³ Harvey, 2010.

⁴ Lefebvre, 1999, p. 28.

emancipatórias, mesmo que aparentemente desconectadas. Claro que há nisto uma utopia, uma virtualidade, usando suas palavras, que se sustenta no conceito de sociedade urbana, como uma sociedade para além do capitalismo industrial e financeiro, para além da *sociedade burocrática de consumo dirigido*, na forma em que a conhecemos. Assim como Lefebvre, também acreditamos que é importante esta *hipótese teórica*, uma abstração necessária⁵.

Se em *A revolução urbana* e também em *O direito à cidade* este autor usa certo nível de abstração nas suas reflexões, em *The production of space*⁶, ao introduzir o conceito de espaço diferencial, Lefebvre dá mais concretude à possibilidade de práticas transformadoras. O espaço diferencial é, em essência, um conceito que expressa um conjunto de práticas contra a hegemonia do espaço abstrato, sendo este o espaço da expropriação social, associado à dinâmica do capital no tempo e nos territórios. Nas palavras do autor, “o espaço socialista será um *espaço de diferenças*”⁷.

Indo ao tema central do Colóquio, acreditamos que - nas nossas práticas de ensino, pesquisa e extensão na Universidade -, partir destas reflexões teóricas Lefebvrianas significa uma contribuição importante para *la edificación de una sociedad postcapitalista*.

Diante dessas considerações o presente trabalho constitui uma reflexão sobre o papel da Universidade, especialmente da pós-graduação, no processo de busca de mudança social, de emancipação social. Na primeira parte resgata-se, de forma bastante breve, um amplo leque de análises sobre a problemática urbana brasileira. Para a avaliação das práticas (segunda parte), questão central do artigo, utiliza-se, primeiramente, de resultados de uma pesquisa sobre *A questão do ensino, da pesquisa e da extensão sobre teorias e práticas do planejamento urbano e regional nos programas de Pós-Graduação do Brasil*, desenvolvida como parte de um projeto de pesquisa mais amplo intitulado *Em busca de avanços e formas alternativas de análise e de práticas sobre a problemática urbana*. Tratam-se de reflexões críticas sobre as atividades de pesquisa, ensino e extensão de 15 cursos de pós-graduação de universidades públicas – os mais consolidados - filiados à Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (Anpur)⁸.

Em seguida e especificamente quanto às atividades de extensão universitária, contribuiu para as reflexões, a avaliação de atividades de análise e de planejamento participativos para a região metropolitana de Belo Horizonte, Brasil, nas quais estamos envolvidos desde 2009 como integrantes de um conjunto de professores e alunos dos cursos de pós-graduação e também graduação em planejamento urbano e regional, economia, geografia e arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Trata-se de uma autêntica atividade de extensão universitária, de *learning by doing* e de *ecologia de saberes* - nos termos respectivamente de John Friedmann⁹ e de Boaventura de Sousa Santos¹⁰ -, na qual vem sendo consolidado um processo permanente de planejamento participativo e de construção da

⁵ Lefebvre, 1999, p. 18.

⁶ Lefebvre, 1993.

⁷ Lefebvre, 1979, p. 293, destaque do autor.

⁸ Informações extraídas dos relatórios da Plataforma Sucupira – da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Ministério da Educação -, e dos sites dos 15 programas de pós-graduação de universidades públicas pesquisados.

⁹ Friedmann, 1987.

¹⁰ Sousa Santos, 2007.

cidadania, baseado na associação entre conhecimentos técnicos e saberes emanados da vida cotidiana¹¹.

Nas considerações finais, são feitas reflexões que procuram associar nossos achados aos objetivos do Colóquio sobre alternativas de mudança social, bem como sobre a possibilidade de estender nossas experiências e reflexões a outros contextos.

A metodologia adotada na elaboração desta comunicação procura associar teoria, resultados de pesquisas e relatos de experiências de extensão universitária no campo do planejamento urbano e metropolitano.

Análises e interpretações da problemática urbana brasileira

Pode-se dizer que interpretações baseadas em teorias, ou seja, para além da descrição, sobre a problemática urbana brasileira tiveram início nos anos 1960. Começa-se a ter um entendimento de que esta problemática estava associada ao momento da economia mundial em que um processo de transnacionalização era o principal responsável pela intensificação da urbanização e a formação de uma população urbana excedente em relação às possibilidades de emprego formal em um contexto monopolista capital intensivo e poupador de mão de obra.¹² Tais interpretações se apresentam de formas diversas, entre estas as publicações acadêmicas e as discussões que deram origem a propostas de algo que veio a se chamar reforma urbana. Não são excludentes, uma vez que ambas as formas contaram com contribuição da produção acadêmica sobre a questão. Qualquer que seja a forma, no entanto, a questão da habitação de interesse social, nos termos atuais, sempre esteve no centro do que se considera problemática urbana no Brasil.

Nas conclusões do *Seminário de Habitação e Reforma*, realizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, em 1963 na cidade de Petrópolis, já se afirmava

Que, dentre os direitos fundamentais do homem e da família, se inclui o da habitação e que a sua plena realização, exigindo [l]imitações ao direito de propriedade e uso do solo, se consubstanciaria numa reforma urbana, considerada como o conjunto de medidas estatais, visando à justa utilização do solo urbano à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimentos de habitação condigna a todas as famílias.¹³

Observa-se que já havia o entendimento de que habitação é um direito fundamental do homem, que exigia a reforma urbana para a sua realização. Afirmava-se também que habitação não é um simples abrigo, mas uma moradia condigna, dotada dos equipamentos urbanos essenciais e exigindo a justa utilização do solo urbano. Enfim, entendia-se que a problemática da habitação estava no centro de uma problemática urbana mais ampla. As limitações a uma cidade mais justa já eram constatadas também na América Latina como um todo, como pode ser observado em Oscar Yujnovsky¹⁴ que, já nos anos 1970, identificava os impedimentos a uma apropriação

¹¹ Monte-Mór e Costa G. e Costa, H. e Melo, 2016.

¹² Ver Oliveira (1981) para um resgate das interpretações sobre a economia brasileira, especialmente a crítica das abordagens dualista da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

¹³ Silva, 2003, p. 131.

¹⁴ Yujnovsky, 1975.

justa do espaço urbano, especialmente aqueles devidos aos direitos absolutos de propriedade da terra que vigoravam e ainda vigoram nesse subcontinente.

Especificamente sobre o Brasil, Lícia Valadares e Ademir Figueiredo¹⁵ publicaram um levantamento bibliográfico pioneiro sobre a questão habitacional no Brasil. Os autores também identificaram o início dos anos 1960 como o momento de intensificação do processo de urbanização e de agravamento do problema habitacional. O levantamento foi realizado na sequência de temáticas apresentada a seguir, que expressa em ordem cronológica – dos anos 1960 até início dos anos 1980 - as formas como a questão habitacional urbana foi abordada na literatura acadêmica: “1. favela; 2. a ação governamental no campo da habitação; 3. periferia: loteamentos e autoconstrução; 4. moradia e trabalho; 5. uso do solo; 6. movimentos sociais urbanos ligados à questão da habitação; e 7. textos de natureza geral”¹⁶.

A leitura dos textos citados pelos autores deixa claro que, apesar de o levantamento ter se balizado pela questão habitacional, a abordagem é ampla em relação ao que se entende por problemática urbana. Não há espaço neste artigo para uma revisão desses textos. No entanto, é importante dizer que, para nossos propósitos, a literatura mostra um agravamento e uma complexificação da problemática urbana com o passar do tempo no período considerado. Após as discussões sobre o favelamento, especialmente no Rio de Janeiro, e sobre os cortiços, especialmente em São Paulo, as abordagens se voltam para as formas como os governos propunham enfrentar a problemática urbana brasileira. Destaque é dado pelas políticas do regime militar, especialmente com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). São várias as análises sobre tais políticas e todas elas chegam à mesma conclusão geral: a política do BNH não só não conseguiu dar conta dos problemas habitacionais, por meio da provisão de moradias para a população pobre, mas também contribuiu muito para o agravamento das distorções nos preços e na renda da terra urbana nos grandes centros urbanos, por ter investido de forma massiva na produção de habitação para os segmentos sociais de média e alta renda¹⁷. Com isto, se já havia um processo histórico de periferização, este foi agravado, o que foi identificado pelas análises de então como *espoliação urbana*¹⁸.

Com o fim do regime militar na primeira metade dos anos 1980, os movimentos sociais urbanos - que já vinham se intensificando como oposição ao autoritarismo e ao fracasso das políticas urbanas diante da espoliação urbana -, ganham força e passam a ter um papel importante no processo constituinte que tem início em 1986. Começa a ganhar força a proposta de uma reforma urbana que amplia a visão de problemática habitacional/urbana dos anos 1960, com a introdução da ideia dos direitos urbanos que, para a sua realização, se considerava como imprescindível a instituição da função social da propriedade urbana e da cidade como um todo. Isto está bem fundamentado em uma proposta de emenda popular à Constituição em construção. O que se segue é bem conhecido por meio de uma ampla literatura acadêmica: a Constituição aprovada em 1988 incorpora parcialmente o conteúdo da emenda popular por meio de três artigos que seriam regulamentados pelo Estatuto da Cidade em 2001; o neoliberalismo se instala com força nos anos 1990 distorcendo a ideia de um planejamento urbano democrático, contida na Constituição, em favor dos interesses da capital imobiliário e das grandes corporações. Enfim, apesar de grandes avanços nas propostas de regulação urbana, o que se observa nas

¹⁵ Valadares e Figueiredo, 1983.

¹⁶ Valadares e Figueiredo, 1983, p. 69.

¹⁷ Monte-Mór, 2007; Azevedo e Andrade, 1982.

¹⁸ Kowarick, 1979.

primeiras duas décadas deste século é a continuidade do agravamento da espoliação urbana por meio, entre outros, de um processo de acumulação por despossessão, nos termos de David Harvey: *What I call 'acumulation by dispossession' became a much more central feature within global capitalismo (with privatization as one of its key elements)*¹⁹.

Importante dizer que com esse *novo*²⁰ elemento constituinte da problemática urbana não se está excluindo outros identificados anteriormente. Além disso, as análises acadêmicas têm mostrado que as propostas brasileiras de reforma urbana - que se baseavam em uma crença na democracia e em um Estado democrático capaz de criar regulações para a realização da função da propriedade e da cidade -, não têm atingido seus propósitos. Ou seja, parecem estar longe de se constituírem como ações contra hegemônicas aos persistentes e ampliados processos excludentes e perversos da acumulação e reprodução do capital nas sociedades do capitalismo periférico.

É neste contexto que as reflexões a seguir serão desenvolvidas. Inicialmente, a questão da educação para o planejamento urbano, a partir da avaliação, ainda incompleta, das formas como a questão vem sendo abordada em cursos de pós-graduação. Em seguida, uma experiência nova de planejamento urbano/metropolitano, em processo de desenvolvimento, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, Brasil, por meio de atividades extensionistas de professores e alunos, predominantemente de cursos de pós-graduação, da Universidade Federal de Minas Gerais.

O objetivo, conforme já dito acima, é o de identificar avanços na direção da edificação de condições para a realização de uma possível emancipação social. Enfim, temos por hipótese que tanto a educação para o planejamento urbano e regional quanto as atividades da experiência de extensão universitária no planejamento metropolitano, estão contribuindo para se pensar a edificação de sociedades alternativas.

O ensino, a pesquisa e a extensão na universidade brasileira: o urbano e a possibilidade de emancipação social

A questão do ensino, da pesquisa e da extensão sobre teorias e práticas do planejamento urbano e regional em programas de Pós-Graduação do Brasil

Questões da pesquisa

As primeiras perguntas que nos colocamos foram: Por que e para que estamos produzindo esta pesquisa? Qual a importância teórica, prática, social e política da educação para o planejamento urbano no Brasil? As avaliações publicadas já não estariam sugerindo a fragilidade das medidas de regulação do planejamento urbano no Brasil enquanto contribuição para mudanças sociais? Um ponto de partida para encontrarmos hipóteses sobre possíveis respostas foi procurar expressar, ainda que de forma sintética, o que denominamos problemática urbana no Brasil. O resgate das várias análises e interpretações dessa questão, realizado na seção anterior, permite-

¹⁹ Harvey, 2003, p. 67.

²⁰ O uso do itálico é para mostrar que isto pode ser uma novidade na análise a problemática urbana, mas não se trata de um fenômeno novo, uma vez que o próprio autor identifica a despossessão como parte de um processo histórico de acumulação primitiva.

nos reafirmar de forma sintética que a problemática urbana no Brasil e diríamos, em outros países do capitalismo periférico, tem em sua essência um contínuo, perverso e persistente de processo de exclusão e despossessão socioespacial. Enfim, entendemos que a problemática urbana é parte da dinâmica das relações de produção e da estrutura de poder na sociedade capitalista²¹. Com isto, estamos também dizendo que a problemática urbana se diferencia dos e transcende os chamados problemas urbanos - sejam eles setoriais, sociais, ambientais ou políticos -, os quais têm sido quase sempre abordados de forma isolada, orientada por certas teorias do planejamento urbano, as quais poderão estar induzindo a abordagens disciplinares e setoriais de uma realidade socioespacial complexa. Esta abordagem foi observada no caso brasileiro quando da institucionalização do planejamento urbano no início dos anos 1970 com a adoção da metodologia do planejamento compreensivo (*comprehensive planning*), que, ao se caracterizar como multidisciplinar se constituía de fato em uma abordagem que agrupava, de forma não integradora da realidade, diversas visões disciplinares²². O que isto significou em termos da educação para o planejamento de base territorial?

Inicialmente, é necessário informar que no Brasil não existe curso de graduação em planejamento de base territorial²³. Em nível de graduação, o planejamento urbano sempre foi e tem ainda sido considerado como parte do domínio dos cursos de arquitetura e urbanismo²⁴. Somente a partir dos anos 1960/70, no bojo do regime militar, o planejamento urbano se institucionaliza como atividade governamental²⁵ e passa a ser objeto de proposta de um curso de pós-graduação, no hoje conhecido e consolidado Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro²⁶. A abordagem do planejamento compreensivo, de orientação técnica e funcionalista, foi pensada para a educação em planejamento por parte dos financiadores governamentais desse curso de pós-graduação. Na prática significava uma abordagem multidisciplinar na forma de um mal integrado conjunto de abordagens disciplinares, que não dava conta da complexidade da problemática urbana brasileira. Esta abordagem teve vida curta uma vez que

Muitos professores eram pesquisadores e intelectuais que haviam descoberto a cidade como *locus* para o estudo da sociedade capitalista industrial que estava se consolidando no país (...) o que, em última instância, significava lidar com contradições e conflitos, impossíveis de serem compreendidos por meio de abordagens fragmentadoras da realidade socioespacial²⁷.

Com isto, observou-se que passa gradualmente a prevalecer uma abordagem crítica dessa realidade socioespacial, para o que seria necessário ir além do agrupamento de visões disciplinares, na direção de enfoques identificados como inter(trans)disciplinares. A partir disso, surgem algumas perguntas: Seria, portanto, possível formar técnicos (com visão funcional-tecnocrática) em cursos de pós-graduação? Ou, se diante das características do capitalismo periférico, expressas na problemática socioespacial brasileira, isto seria uma

²¹ Souza, 2006, p. 26.

²² Costa, 2008.

²³ Nos últimos anos têm aparecido cursos de graduação que se identificam, parcialmente diríamos, com esta questão, mas que ainda precisam ser objeto de avaliação. Em boa parte dizem respeito mais a gestão de políticas públicas do que de planejamento urbano, aqui entendido em uma abrangência que inclui a necessária análise sobre a real problemática urbana.

²⁴ Assim como o planejamento regional sempre foi e ainda tem sido parte do domínio dos cursos de economia.

²⁵ Monte-Mór, 2007.

²⁶ Costa, 2008.

²⁷ Costa, 2008, p. 71.

impossibilidade? E, talvez a pergunta mais crucial, não seria mesmo a abordagem crítica e transdisciplinar a que deveria orientar o que chamaríamos *ensino para o planejamento*, diferente de *ensino de planejamento* (*planning education*)? Isto significa pressupor que o planejamento urbano no contexto do capitalismo periférico tem como preocupação central identificar a real problemática urbana e contribuir para a construção de alternativas que visem à emancipação social.

Com isto, nos deparamos com outras inquietações: Teria a chamada *teoria do planejamento*, em seu conteúdo apresentado, por exemplo, pelos estadunidenses em *Readings in planning theory*²⁸, contribuição significativa para a análise e o enfrentamento da problemática urbana do capitalismo periférico? O que é uma teoria do planejamento? O planejamento urbano pode ter potencial de transformação social, mesmo sendo uma prática estatal heterônoma? Diante disso, o que identificaríamos como educação para o planejamento? Nossa intenção não foi a de dar respostas sistemáticas a essas perguntas, mas utilizá-las como orientadoras da pesquisa.

Outros cursos surgiram desde aquele momento de criação do IPPUR e atualmente são muitos no Brasil os programas de pós-graduação que têm o planejamento urbano e regional como foco de uma ou mais linhas de ensino e de pesquisa – na própria área de Planejamento Urbano e Regional, na Geografia, na Arquitetura e Urbanismo, na Economia, entre outras –, a maioria filiada à Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur)²⁹. Uma primeira avaliação do conteúdo e das atividades de educação de alguns desses cursos foi realizada em 2008³⁰, resultando na seguinte conclusão a partir da experiência do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais:

(...) pode-se dizer que o Programa de Pós-graduação em Geografia não forma planejador no estrito sentido do termo, o que incorporaria a metodologia e o fazer planejamento. A análise do espaço socialmente produzido – urbano, regional, nacional – estaria, com algumas exceções, mais identificada com os princípios da teoria crítica, voltados para uma busca de possibilidades de emancipação social, justificada pela natureza socialmente perversa dos chamados problemas urbanos e regionais da formação social brasileira³¹.

No entanto, pode-se afirmar que - a partir disso e da experiência que vimos tendo com o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão na pós-graduação -, tem sido observado o que já dissemos acima: um certo processo de *ensino para o planejamento*, mais do que *ensino de planejamento*, este último entendido como formação de planejadores, no sentido estrito.

A proposta do projeto de pesquisa foi a de identificar e analisar como cursos selecionados de pós-graduação do Brasil têm abordado a questão do ensino, da pesquisa e da extensão para o planejamento urbano e regional. Para tanto, optamos por fazer um recorte dos cursos associados à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur). Selecionamos os 15 cursos mais consolidados dentre os quase setenta atualmente associados à Anpur (Quadro 1).

²⁸ Campbell and Fainstein, 2006.

²⁹ A ANPUR congrega atualmente em torno de 70 programas de pós-graduação que atuam neste amplo e diverso campo do conhecimento que é o planejamento urbano e regional.

³⁰ Costa, 2008.

³¹ Costa, 2008, p. 77

Quadro 1. Programas de Pós-graduação por área do conhecimento

Campo do conhecimento	Número de Programas	Área do conhecimento
Planejamento Urbano e Regional	3	Ciências Sociais Aplicadas
Arquitetura e Urbanismo	6	Ciências Sociais Aplicadas
Economia	1	Ciências Sociais Aplicadas
Geografia	5	Ciências Humanas
TOTAL	15	

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do sitio eletrônico da ANPUR.

Observa-se que o conjunto de cursos selecionados abrange quatro campos e duas áreas do conhecimento, o que nos permitiu refletir sobre possíveis diferentes abordagens quanto à mesma temática: a da problemática e do planejamento urbano e regional. Exceto pela Geografia, da área de Ciências Humanas, os três outros campos do conhecimento estão dentro da área de Ciências Sociais e Aplicadas³², incluindo-se aí o campo do Planejamento Urbano e Regional propriamente dito.

Objetivos, objeto de análise e forma de abordagem

Como bem explicita o título da pesquisa, nosso objetivo consiste em entender como campos do conhecimento diversos de universidades brasileiras tem se aproximado, tanto em teoria como na prática, da problemática e do planejamento urbano e regional. Apesar de ainda parcial a pesquisa, ao identificar, coletar e organizar informações sobre o ensino, a pesquisa e a extensão nos programas de pós-graduação selecionados, permitiu-nos refletir sobre os caminhos desse campo do conhecimento na pós-graduação.

A investigação focou essencialmente nas informações sobre os conteúdos das disciplinas, das áreas de concentração e das linhas de pesquisa de cada um dos 15 programas de pós-graduação selecionados, obtidas na Plataforma Sucupira, sitio eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, que reúne as informações dos programas de pós-graduação brasileiros para fins de avaliação. Uma classificação feita a posteriori permitiu identificar, tanto para ensino, quanto para a pesquisa, três categorias de abordagens - teóricas, teórico-metodológicas e instrumentais – podendo significar abordagens diferentes de acordo com o campo do conhecimento, como será mostrado na avaliação que será feita adiante nesta comunicação.

³² Classificação adotada pelo sistema de avaliação da pós-graduação da Capes, Ministério da Educação.

A pesquisa se deu, inicialmente, por meio da análise das *Propostas dos Programas*, as quais reúnem informações sobre histórico e contextualização do programa, objetivos do programa, estrutura curricular, integração com a graduação, integração com a sociedade/mercado de trabalho, acompanhamento de egressos, inserção social/atividade de extensão, entre outras; o que nos possibilitou uma primeira identificação de avanços alcançados pelos programas no sentido de aproximar o ensino da prática do planejamento urbano e regional.

Em seguida, passamos à análise das estruturas curriculares de uma forma mais específica, ou seja, a análise das ementas das disciplinas e das linhas de pesquisa que estão relacionadas ao planejamento urbano e regional. Podemos já adiantar que a grande maioria das disciplinas, que estão de alguma forma relacionadas ao planejamento urbano e regional, é teórica. Algumas poucas se dividem entre metodológicas e instrumentais. Vale ressaltar que há disciplinas que apresentam caráter duplo, ou seja, são ao mesmo tempo teóricas e metodológicas.

Resultados

Como se esperava, os programas de pós-graduação do campo do Planejamento Urbano e Regional são aqueles nos quais esta temática encontra-se mais explicitamente expressas nas propostas dos programas, nas disciplinas oferecidas - sejam elas teóricas, metodológicas ou instrumentais - e nas atividades de pesquisa e extensão. Além disso, o conjunto de disciplinas procura abordar de forma mais abrangente possível os vários aspectos que compõem, em suas especificidades, a complexa problemática urbana brasileira: econômica, socioespacial, ambiental, histórica, cultural e política. Ou seja, há explicitamente a proposta de abordagens interdisciplinares. A problemática da relação entre Estado, sociedade e planejamento está também presente entre as preocupações do ensino e da pesquisa. Por um lado, há a crítica ao Estado capitalista, mas, por outro lado, as propostas dos programas não deixam de enfatizar como objetivo a formação de recursos humanos de alto nível para a atuação na vida pública, reproduzindo a crença na possibilidade de um Estado democrático, em orientar e aplicar as propostas de uma reforma urbana socialmente eficaz no Brasil. Além disso, observam-se também duas questões cruciais para se pensar alternativas à *doutrina tatcheriana de 'não há alternativa'*³³ ao neoliberalismo, ao individualismo, à sociedade burocrática de consumo dirigido, nos termos de Henri Lefebvre, quais sejam, a aproximação com a realidade socioespacial, por meio da prática de um trabalho conjunto entre grupos e projetos de extensão universitária e movimentos sociais diversos; e a inclusão da dimensão ambiental, ampliando o entendimento da realidade urbana no contexto do capitalismo periférico.

A análise do campo da Arquitetura e Urbanismo na pós-graduação talvez seja a que tenha apresentado mais complexidade. Por um lado, observa-se que há, nos seis programas analisados, aquilo que é “tradicional” no campo do urbanismo: a formação de profissionais voltados para a prática das intervenções e do desenho urbanos. Inclui-se também nesta perspectiva, a questão da história do urbanismo e do patrimônio cultural e histórico. Por outro lado, no entanto, os programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo têm uma atuação que dialoga com aquela dos programas de Planejamento Urbano e Regional, uma vez que as preocupações de seus professores e pesquisadores dizem respeito ao mesmo contexto da problemática urbana brasileira. Enfim, disciplinas e pesquisas desenvolvidas indicam na direção de uma análise crítica desta realidade. Além disso, registra-se que o campo da Arquitetura e Urbanismo no Brasil tem a tradição de desenvolvimento de atividades de extensão

³³ Harvey, 2009, p. 32.

o que, na pós-graduação, constitui um diferencial importante quando se considera a imprescindibilidade de aproximação entre teoria e prática no enfrentamento da problemática urbana e na proposição de alternativas como condição para a realização da sociedade urbana Lefebvrina³⁴.

Entre os 15 programas de pós-graduação pesquisados, apenas um pertence ao campo da Economia. Trata-se de um programa de pós-graduação com longa experiência e trajetória nos estudos da economia e do planejamento regionais. Por um lado, como prevíamos, estes estudos constituem apenas uma parte no amplo leque de temas da área da Economia. Por outro lado, as disciplinas, as pesquisas e as atividades de extensão permitem identificar um sólido envolvimento do programa na análise crítica sobre a problemática urbana, a produção do espaço e as práticas extensionistas na forma de consultorias e assessorias em políticas públicas.

Quanto ao campo da Geografia, diferentemente do que se observa em outros países, como por exemplo o Canadá, no Brasil esta área do conhecimento não tem tradição de atuação em ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional. No entanto, o fato de a Geografia (Humana) ser um campo de conhecimento interdisciplinar por excelência, dá a ela um papel central para a análise crítica sobre a produção do espaço, a urbanização, o meio ambiente e o território, questões centrais para se pensar a problemática socioespacial e as possibilidades do planejamento enquanto prática transformadora. A pesquisa realizada nos cinco cursos selecionados mostra uma diversificada e rica abordagem interdisciplinar, caracterizada especialmente por uma perspectiva teórico-crítica. Por atuarmos em ensino, pesquisa e extensão no campo da Geografia, podemos acrescentar observações próprias que vão além dos resultados da pesquisa realizada. Em primeiro lugar, por ser um campo interdisciplinar, a pós-graduação em Geografia agrega também uma diversidade de professores, pesquisadores e discentes provenientes de vários campos do conhecimento. A aproximação com o campo do planejamento urbano e regional se beneficia em boa parte desta diversidade. Em segundo lugar, a perspectiva crítica em ensino e pesquisa na Geografia tem atraído muitos daqueles que reconhecem a importância deste tipo de abordagem para a aproximação com a realidade da problemática socioespacial.

Quais foram os avanços?

Apresentamos acima apenas uma reflexão a partir dos resultados da pesquisa realizada. Consta-se que existem espaços nos programas de pós-graduação analisados para um diálogo efetivo entre teoria e prática do planejamento urbano. Apesar de os programas de pós-graduação contarem com disciplinas, em sua grande maioria teóricas, voltadas para a promoção desse diálogo, elas orientam essencialmente para a busca de aproximação com a crítica do planejamento, por meio de grupos de estudos, projetos de extensão, assessoria à comunidade, etc. Além disso, ao proporcionarem a formação de pesquisadores, professores e profissionais com capacidade crítica, os programas possibilitam a integração do ensino à prática social e do planejamento às problemáticas urbanas.

Em 2006 foi realizada pesquisa sobre estas questões, por meio de entrevistas com 13 egressos do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, que evidenciou a importância do pensamento crítico e interdisciplinar para o campo do

³⁴ Costa, 2013; Lefebvre, 1999.

planejamento urbano³⁵. Os egressos compunham um grupo diversificado em termos de campos do conhecimento: Geografia, Arquitetura, Economia, Engenharia, Sociologia. Seis deles vieram do serviço público, eram técnicos em planejamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Brasil. Os outros sete foram trabalhar nesta mesma Prefeitura após concluírem o mestrado. A diversidade de campos de conhecimento e a atuação em um mesmo ambiente de planejamento urbano mostraram-se relevantes para o propósito de se avaliar a prática do planejamento e o mundo acadêmico. Assim foram sintetizados os principais resultados da pesquisa:

The survey [...] attempted to assess the extent and manner in which knowledge acquired during the course was useful for professional practice. The most frequent answers from students were that the course provided some theoretical basis, critical approach and decision-making skills relevant for practice. [...] Other important answers were that course participants felt better prepared to perform interdisciplinary group work, to critique everyday practice, to change established understanding of concepts, to deconstruct myths, to value the formation of human/social capital, and to use capacity-building methodologies. On the other hand, the internalisation of academic attitudes and values was perceived as developing the capacity to receive and benefit from criticism.³⁶

As falas registradas dos entrevistados foram livres, sem qualquer direcionamento para eventuais temas específicos por parte dos autores/entrevistadores. Pode-se observar que as ênfases nos depoimentos foram na importância da abordagem crítica, no entendimento de conceitos, na desconstrução de mitos, na capacidade de construção de novas metodologias, bem como na capacidade de aprimorar a abordagem interdisciplinar nos trabalhos em grupos. Entende-se também que, implícita nestes depoimentos, está a percepção mais clara da problemática urbana e das políticas públicas a ela relacionadas. Enfim, os resultados da pesquisa acrescentam elementos importantes para nosso entendimento do papel do ensino para o planejamento urbano na busca de alternativas de mudança socioespacial.

Para ir além, n'A *questão do ensino, da pesquisa e da extensão sobre teorias e práticas do planejamento urbano e regional nos programas de Pós-Graduação do Brasil*, será necessário entrar mais profundamente em outras informações propiciadas pela Plataforma Sucupira, além de pesquisar a produção – teses, dissertações, artigos e livros – desenvolvidos por docentes e discentes dos programas. Além disso, deve-se pensar na possibilidade de pesquisas diretas junto aos programas por meio, por exemplo, de questionários e de entrevistas, que busquem a aproximação mais fiel ao que de fato são as práticas de ensino, pesquisa e extensão desses programas.

Portanto, para que pudéssemos apreender, através da educação para o planejamento urbano e regional, como a teoria se aproxima da prática, nossa pesquisa procurou mirar na direção da identificação dos avanços nos cursos (programas de pós-graduação) exigidos pela complexidade do objeto da planificação: o urbano-industrial, o urbano no neoliberalismo, mas também o urbano utópico-possível de Henri Lefebvre³⁷.

Partimos, assim, do pressuposto de que a problemática urbana brasileira, assim como de outros países do capitalismo periférico, se expressa essencialmente por meio de um persistente

³⁵ Costa, H. e Costa, G., 2007.

³⁶ Costa, H. e Costa, G., 2007, p. 392-393.

³⁷ Lefebvre, 1999.

processo histórico de exclusão socioespacial. Uma interpretação apressada deste pressuposto poderia nos dizer que estamos falando apenas de uma desigualdade histórica que é inerente ao movimento do capital no tempo e no espaço. Não há dúvidas que isto é a base para qualquer análise explicativa para a problemática urbana no capitalismo, especialmente o periférico, mas em termos teóricos isto está identificado de forma muito estreita com a abordagem da economia política, que vinha orientando as propostas de reforma urbana. Hoje para se entender a complexidade da problemática urbana outras questões devem ser acrescidas à análise: a diferença (para além da desigualdade social), por meio das abordagens pós-estruturalista sobre gênero, cultura, etnias; as questões do comum urbano; além da questão ambiental, muito pouco ou quase nada importante na abordagem da economia política. Por outro lado, há a já acima mencionada contribuição de Henri Lefebvre, que considera ser insuficiente a abordagem teórica da questão urbana, enfatizando a necessidade de incorporação da prática social e política (práxis), como indissociável da teoria, para entender a problemática urbana e caminhar para propostas emancipatórias.

Enfim, estamos falando na necessidade de buscar convergências entre esses vários enfoques³⁸, para o que a teoria crítica tem papel central. Em recente palestra³⁹ o Professor Boaventura de Sousa Santos disse que existem dois tipos de ciências: *a da revolução e a da observação*. Ótima colocação, mas entendemos que essas duas ciências não são excludentes. A ciência da observação é importante como forma de aproximação com a realidade, incluindo-se aí a necessidade de evidências empíricas. Quando se pensa na possibilidade da mudança social, no entanto, a utopia revolucionária é necessária, e com ela a abstração teórica e a prática⁴⁰. A costura possível entre essas duas ciências está na teoria crítica.

A Teoria Crítica não se bate nem por uma ação cega (sem levar em conta o conhecimento) nem por um conhecimento vazio (que ignora que as coisas poderiam ser de outro modo), mas questiona o sentido de “teoria” e de “prática” e a própria distinção entre esses dois momentos. Caberá à ideia mesma de “crítica” o papel de realizar essa tarefa⁴¹.

Portando, entendemos que, na pós-graduação, este é o sentido de se pensar o planejamento urbano em uma perspectiva crítica. Como dissemos acima, o planejamento urbano no Brasil, pelo menos desde os anos 1960, vem se pautando pela busca de uma reforma urbana progressista, que tenha o potencial de contribuir para a mudança social, por meio de um processo de regulação do uso e da ocupação do solo, voltado para a realização da função social da propriedade urbana e da cidade. Se, por um lado, esta busca resultou em um conjunto complexo e sofisticado de instrumentos de regulação - expresso no Estatuto da Cidade aprovado em 2001 -, por outro lado, além dos amplamente constatados desvios em favor de interesses hegemônicos - especialmente do capital imobiliário -, este mesmo conjunto de leis e direitos pode levar a um engessamento infértil de ideias e princípios que, por mais avançados que sejam, dependem da ação e da prática para além ou até mesmo contra as ações do Estado regulador. Ou seja, por si só estas leis - plano diretor, lei de uso e ocupação do solo, especialmente - são inócuas na ausência de um controle social efetivo para que sejam efetivadas, especialmente por parte dos chamados movimentos sociais urbanos, os quais, para realizarem tal poder, devem ser autônomos e participarem de todo o processo - desde a análise da problemática urbana e a

³⁸ Costa, 2015.

³⁹ Proferida na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, em 2017.

⁴⁰ Lefebvre, 1999.

⁴¹ Nobre, 2004, p. 9, destaques do autor.

formulação da legislação até sua efetiva implementação. Esta tem sido a tentativa com a experiência de planejamento metropolitano, que vem sendo empreendida por professores e alunos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 2009, a qual passamos a mostrar a seguir.

A Universidade e a prática extensionista de planejamento urbano/metropolitano: da análise crítica à construção de alternativas concretas de mudança socioespacial

Mais uma vez Henri Lefebvre nos inspirou nesse processo de reflexão sobre as possibilidades do planejamento urbano a partir da educação e da prática extensionista na Universidade. Em uma de suas teses sobre o direito à cidade, Lefebvre diz:

A realização da sociedade urbana exige a planificação orientada para as necessidades sociais, as necessidades da sociedade urbana. Ela necessita de uma ciência da cidade (das relações e correlações na vida urbana). Necessárias, estas condições não bastam. Uma força social e política capaz de operar esses meios (que não são mais do que meios) é igualmente indispensável⁴².

Portanto, além de considerar insuficiente a abordagem teórica para a realização da sociedade urbana, enfatizando que ela deve estar associada à prática, conforme visto anteriormente, na citação acima o autor nos convida a ir também além das condições inerentes à ciência da cidade, incorporando a prática social e política (práxis).

Este foi um dos pontos centrais para dar início à elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI - RMBH)⁴³, iniciado em 2009 e concluído em 2011. O Plano foi desenvolvido na forma de extensão universitária e envolveu uma equipe de aproximadamente 180 professores e alunos, a maioria da UFMG⁴⁴. Já na introdução do relatório final do PDDI ficaram claramente expressos os princípios que orientaram pesquisas e estudos para a elaboração do Plano.

Os objetivos estabelecidos foram os de *pensar a totalidade em transformação*, que integre os aspectos específicos da realidade metropolitana e o de procurar *construir processos voltados para a transformação social, econômica e ambiental*, nos quais seriam privilegiadas *as diversidades e a construção de processos sociais emancipatórios*⁴⁵. Além disso, em todas as inúmeras apresentações da experiência para públicos diversos⁴⁶, se reafirmava o *sentido crítico dos estudos e propostas*; o *sentido contemporâneo do planejamento* – mudança de reforma social para mobilização e aprendizado; *planejamento para transformação*; *relações horizontais* – entre saber técnico-científico e saber emanado da vida quotidiana; *sentido político prioritário* – construir sujeitos-cidadãos comprometidos com seu espaço de vida; *identidade metropolitana* – visando emancipação social.

⁴² Lefebvre, 2008, p. 138

⁴³ A RMBH é composta por 34 municípios e tem uma população total de aproximadamente cinco milhões de habitantes.

⁴⁴ Estiveram também envolvidas a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas) e a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

⁴⁵ UFMG/PUC-MINAS/UEMG, 2011, p. 5.

⁴⁶ Foram e continuam sendo muitos os convites para a apresentação e discussão da experiência. Os interessados variam e, com isto, revela-se a amplitude do alcance dos estudos: Ministério Público, entidades metropolitanas, Universidades, Ministério das Cidades, etc.

Como se observa, trata-se de princípios de uma abordagem crítica, ambiciosos e diferentes daqueles de experiências anteriores de elaboração de planos urbanos em que um sentido funcional de um planejamento reformista era a tônica adotada nos estudos e nas propostas.

Tratava-se, sem dúvida, de um grande desafio. Mas era a condição colocada e aceita para que a Universidade realizasse esta tarefa. Por ser uma atividade de extensão, não teria porque envolver professores e alunos, especialmente da pós-graduação em tarefas de elaboração de um plano com um sentido tradicional e funcional, sem potencial de avanços em relação à aproximação e construção de alternativas em face à problemática socioespacial em estudo.

Os avanços observados ao longo do processo são concretos. Em primeiro lugar, avanços na metodologia. Partindo dos princípios acima colocados, a metodologia foi sendo construída coletivamente ao longo do desenvolvimento dos estudos e das propostas. Enfim, tínhamos mais uma direção a ser seguida do que uma metodologia rígida de desenvolvimento dos trabalhos. Com isto, esta só foi de fato expressa junto com a conclusão dos estudos e análises. O caráter coletivo dos trabalhos, na forma das relações horizontais acima mencionadas, foi fundamental como dinâmica para a construção conjunta de metodologia, análises e propostas. Entendemos que este é o verdadeiro sentido da extensão universitária. Em segundo lugar, e associado ao que dissemos acima sobre a metodologia, foi importante a participação⁴⁷ que foi ampla e, de fato, orientadora dos estudos e das propostas, em um processo de trabalho e de aprendizado coletivos. Em terceiro lugar, como parte da construção metodológica, foi muito importante a abordagem inter(trans)disciplinar, que significou a mudança dos tradicionais estudos setoriais e disciplinares para uma forma transversal de olhar a totalidade socioespacial por meio de quatro grandes eixos integradores: *acessibilidade, seguridad, urbanidade e sustentabilidade*. Com isto, por exemplo, a questão habitacional dizia respeito aos quatro eixos; a economia foi tratada dentro dos eixos de sustentabilidade (desenvolvimento sustentável) e de seguridad (questão do emprego e renda), etc. Em quarto lugar, a abordagem institucional procurou incorporar o que denominamos a *institucionalidade não institucionalizada*, de construção quase autônoma, considerada essencial para um controle social efetivo e eficaz no processo de planejamento metropolitano. Trata-se de subverter o planejamento e a gestão. A subversão é aqui entendida nos termos de Rainer Randolph como *prática social cotidiana*⁴⁸. Para isto, têm sido importantes as tentativas de criação de LUMEs – Lugares de Urbanidade Metropolitana, como espaços que buscam construir um processo permanente de participação, de engajamento e de construção da cidadania no contexto do planejamento metropolitano. Além disso, a criação e a implantação de LUMEs se encaixam perfeitamente em nossos propósitos de reforçar o papel da extensão na Universidade, envolvendo alunos e professores neste processo, por meio do ensino (cursos), associados a práticas em vários de seus embriões já visíveis no território metropolitano.

Poderíamos enumerar outros avanços, especialmente aqueles relacionados à reestruturação territorial metropolitana e à questão ambiental, que foram muitos, mas acreditamos que, para o objetivo desta comunicação, aqueles acima relacionados são os mais relevantes. Os trabalhos e estudos para a RMBH tiveram continuidade por meio de dois outros contratos de atividades de extensão, agora somente com a UFMG – um primeiro para a proposição de um macro-zoneamento para a RMBH (2014 – 2015), envolvendo aproximadamente 80 professores e

⁴⁷ Foram totalizadas aproximadamente três mil participações em oficinas de trabalho (envolvendo todos os municípios metropolitanos), as quais contaram com representantes da sociedade civil, dos poderes executivo e legislativo e das Universidades.

⁴⁸ Randolph, 2015, p. 113.

alunos e, um segundo, para a revisão de planos diretores de 11 dos 34 municípios que compõem a RMBH (2016 – até o presente), com a participação de cerca de 40 professores e alunos – que seguiram os mesmos princípios adotados na elaboração do PDDI. Além disso, no que diz respeito especificamente ao ensino, a pesquisa e a extensão na Universidade, são vários os desdobramentos que atestam a importância das experiências descritas para a busca de alternativas de mudança socioespacial. Tais desdobramentos referem-se, além da experiência com a criação dos LUMEs acima mencionada, à decorrente produção de teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos, participações em eventos científicos nacionais e internacionais, etc.

Deve-se registrar que os principais setores da UFMG envolvidas nas experiências de planejamento metropolitano são os Programas de Pós-graduação em Geografia, em Economia e em Arquitetura e Urbanismo, os quais estavam incluídos como objeto da pesquisa acima descrita sobre *a questão do ensino, da pesquisa e da extensão sobre teorias e práticas do planejamento urbano e regional nos programas de Pós-Graduação do Brasil*, na qual se constatou a predominância de uma abordagem crítica em relação à realidade socioespacial no Brasil, em particular, e nos formações sociais do capitalismo periférico em geral.

Considerações finais

Os resultados das reflexões sobre a experiência com o planejamento metropolitano indicam que o conhecimento técnico, com base em uma ciência *das relações e correlações na vida urbana/metropolitana*, se associou à prática por meio da extensão universitária, mostrando que, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade vem obtendo avanços concretos e significativos para a realização de utopias emancipatórias possíveis.

Essa nossa conclusão é inspirada e fundamentada no pensamento de Henri Lefebvre⁴⁹, especialmente, e está assentada na possibilidade de construção de uma ainda virtual e teórica, mas possível, sociedade urbana. Nossas reflexões dialogam com as de outros autores, além do próprio Lefebvre em obras mais recentes. Em *The production of space*⁵⁰, por exemplo, este autor, conforme dissemos acima, dá mais concretude às práticas possíveis para a realização da sociedade urbana, ao introduzir o conceito de espaço diferencial, constituído de movimentos e ações contra hegemônicas que nascem das contradições do capitalismo e que seriam embriões constituintes de um espaço socialista⁵¹.

David Harvey, por sua vez, em certo momento de sua discussão sobre *Espaços de esperança*, introduz a ideia do arquiteto como metáfora de “nossa condição de agentes no curso de nossas práticas cotidianas e, por meio delas, efetivamente preservar, construir e reconstruir nosso mundo da vida”⁵². Vale notar o uso do verbo preservar, indicando que, a mudança que estamos construindo pode significar, em certas circunstâncias, preservar, como por exemplo, a natureza e os espaços públicos e comuns. Isto foi e tem sido uma percepção recorrente no processo de planejamento metropolitano. Ainda em relação a esta metáfora Harvey diz: “Todo aspirante a arquiteto rebelde tem de aprender, em associação com outros, a submeter a um cuidadoso

⁴⁹ Lefebvre, 1999.

⁵⁰ Lefebvre, 1993.

⁵¹ Lefebvre, 1979.

⁵² Harvey, 2009, p. 263.

escrutínio e a combinar a ação em todas as frentes”⁵³. Ou seja, o autor enfatiza a importância de se associar com outros e estender as ações para contextos mais amplos, além de, como diz em outra parte de seu livro, ser também necessário que tais ações sejam (re)ligadas. Pensamos que este é o papel da práxis, da política, no sentido de Jacques Rancière⁵⁴, como condição para a construção de alternativas.

Também nesta mesma direção, podemos identificar um diálogo de nossas reflexões com as discussões sobre o comum. Entre as inúmeras publicações sobre esta questão⁵⁵, destacamos uma entrevista com Christian Laval y Pierre Dardot⁵⁶, em 2015, na qual eles afirmam que *lo común es para nosotros un principio político y no una propiedad que pertenecería por naturaleza a un cierto tipo de “bienes”*. Entendem que o comum não é construído, mas instituído. *Un común se instituye por una praxis específica que llamamos “praxis instituyente”*, que, segundo os autores, significa criar o novo. Enfim, a ideia da praxis como um processo continua aqui central, como condição para a construção de alternativas emancipatórias.

Dialogamos também com Sousa Santos⁵⁷, especialmente por meio de uma coletânea de textos de vários autores, que discutem práticas com potencial emancipatório sob o sugestivo título de *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Está presente nesta coletânea, o relato crítico de experiências importantes de produção cooperativa, de economia solidária, enfim, de processos autônomos e autogeridos.

Consideramos importante continuar dialogando com esses e outros autores que têm refletido nesta mesma direção de busca de alternativas emancipatórias e que, direta e indiretamente, foram importantes na construção das reflexões que apresentamos no presente texto. Enfim, estamos falando do imprescindível compartilhamento de ideias, teorias e experiências práticas como forma de contribuir para a edificação de uma possível sociedade alternativa ao capitalismo.

Como ir além de reflexões, inclusive sobre práticas, que são essenciais, mas insuficientes como contribuição para mudanças efetivas? Enfim, como passar da reflexão a partir da teoria crítica, para as práticas efetivas? Ou nosso papel na Universidade é essencialmente este, de contribuir para avanços na produção do conhecimento e na conscientização coletiva sobre a problemática urbana, pensando no caso específico do nosso foco na educação para o planejamento urbano? Acreditamos que nossas experiências de práticas extensionistas no planejamento metropolitano, acima relatadas, têm contribuído para ir além disso e também para além de um processo de *learning by doing*, introduzindo o próprio trabalho de construir coletivamente alternativas com potencial efetivo de mudança socioespacial.

Chegamos finalmente à relevante questão colocada pelos organizadores deste Colóquio, ou seja, qual a possibilidade de aplicação de nossa experiência em contextos diferentes do caso aqui apresentado? Para responder a esta questão acrescentamos uma informação que consideramos muito relevante: os principais coordenadores dos trabalhos de planejamento que

⁵³ Harvey, 2009, p. 332.

⁵⁴ Rancière, 1996.

⁵⁵ Tonucci Filho (2017), faz uma excelente revisão dessas publicações em sua tese de doutorado.

⁵⁶ Publicado em eldiario.es, disponível em https://www.eldiario.es/interferencias/Laval-Dardot-comun_6_405319490.html

⁵⁷ Sousa Santos, 2005.

tiveram início em 2009 vieram de uma ampla experiência anterior na prática do planejamento urbano e metropolitano. Eram técnicos em planejamento urbano antes de ingressarem na atividade acadêmica do meio universitário. Hoje, olhando e analisando retrospectivamente, percebemos que isto muito contribuiu para que a atual experiência de planejamento metropolitano tenha um potencial de contribuir como prática de mudança social. Os princípios que relatamos acima, orientadores da nossa atual prática de planejamento, resultaram certamente desta união entre a reflexão acadêmica crítica e envolvimento anteriores com o planejamento urbano. O resultado pode ser uma subversão do planejamento tradicional⁵⁸ ou um *insurgent planning*⁵⁹.

Enfim, as experiências analisadas – acadêmicas e práticas de extensão universitária – vêm sendo desenvolvidas em um contexto específico fértil e criativo que, mesmo ainda não encontrando ambientes universitários semelhantes, podem, acreditamos, ser replicadas em outros contextos. Para isto, reafirmamos a importância do diálogo e do compartilhamento de experiências, para além de encontros científicos e produções acadêmicas que, apesar de essenciais, são insuficientes para abarcar toda a complexidade das práticas que abordamos ao longo desta comunicação.

Bibliografia

- AZEVEDO, S. & ANDRADE, L.A.G. *Habitação e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CAMPBELL, S; FAINSTAIN, S.S. (eds.). 2006. *Readings in planning theory*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers, 2006.
- COSTA, G. M. Prática e ensino em planejamento urbano no Brasil: da “velha” compreensividade multidisciplinar à abordagem transdisciplinar. In: Costa, G. M.; MENDONÇA, J. G. *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços, perspectivas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008, p. 66 - 78.
- COSTA, G. M. A aproximação entre teoria e prática urbana: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, 2013, v. 20, n. 1, jan - jun 2013, p. 168 – 189 (<https://www.ufmg.br/revistaufmg/volumes/20.1>)
- COSTA, G. M. Construções teóricas da problemática urbana brasileira: rupturas, permanências, transcendências e convergências. In: Costa, G. M.; Costa, H. S. M.; Monte-Mór, R. L. M. (org.). *Teorias e práticas urbanas – condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 19 – 40.
- COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. (org.). *Teorias e práticas urbanas – condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- COSTA, H., COSTA, G. Between Planning Practice and the Academic World: Some Comments from a Brazilian Experience. *Planning Theory & Practice*, 8:3, London: Routledge, 2007, p. 387 – 395.

⁵⁸ Randolph, 2015.

⁵⁹ Miraftab, 2016.

- FRIEDMAN, J. *Planning in the public domain*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- HARVEY, D. *The new imperialism*. Orford: University Press, 2003.
- HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2009. (3ª edição).
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2010. (4ª edição).
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, H. Space: social product and use value. In: FREIBERG, J. (ed.). (1979). *Critical sociology: european perspective*. New York: Irvington, 1979.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1993. (3a. edição).
- LEFEBVRE, H. *Critique of everyday life*. Volume I. London, New York: Verso.1996.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*, São Paulo: Centauro Editora, 2008.
- LEFEBVRE, H. Dissolving city, planetary metamorphosis. *Environment and Planning D: Society and Space*, 2014, vol. 32, p. 202 -205.
- LEFEBVRE, H. *Metaphilosophy*. London, New York: Verso, 2016.
- MIRAFETAB, F. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. In: Fainstein, S. S.; Defilippis, J. (eds). *Readings in planning theory*. Malden: Wiley Blackwell, 2016, p. 480 – 498.
- MONTE-MÓR, R. L. M. Planejamento Urbano no Brasil: Emergência e Consolidação. In: *Etc...espaço, tempo e crítica. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas*, 2007, nº 1(4), vol. 1. <www.uff.br/etc>
- MONTE-MÓR, R., COSTA G., COSTA H., MELO, G. The university and metropolitan planning: an innovative experience. *Nova Economia*, 2016, v. 26, número especial, 2016, p. 1133-1156, CEDEPLAR/UFMG. (<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/>)
- RANCIÈRE, J. O dissenso. In: Novaes, A (org). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras/Brasília: MinC/Rio de Janeiro: FUNARTE, 1996, p. 367-382.
- RANDOLPH, R. A origem estrutural da subversão em sociedades capitalistas contemporâneas, suas práticas baseadas na vivência cotidiana e um novo paradigma de um contraplanejamento. In: Costa, G. M.; Costa, H. S. M., Monte-Mór, R. L. M. 2015. *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 103 – 127.

SILVA, E. R. da. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana e o Processo de Democratização do Planejamento Urbano no Brasil. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, São Carlos, SP, 2003.

SOUSA SANTOS, B. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos* – CEBRAP, n. 79, São Paulo, 2007.

SOUZA, M.L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TONUCCI FILHO, João B. M. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

UFMG/PUC-MINAS/UEMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado: Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2011, v. 1 (<http://www.metropolitana.mg.gov.br/documents/pddi/relatorio-final-cedeplar/pddi-rmbh-relatorio-final-volume-1.pdf>)

VALADARES, L., FIGUEIREDO, A. Housing in Brazil: an introduction to recent literature. *Bulletin of Latin American Research*, 1983, v. 2, n. 2, p. 69 – 91.

YUJNOVSKY, O. Urban spatial structure in Latin America. In: HARDOY, J.E. (Ed.). *Urbanization in Latin America: approaches and issues*. Garden City: Anchor Books, 1975. p.191-219.